

Sr. Presidente Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A política faz-se com a razão, mas também com o coração.

A razão deve impor-se na análise estratégica, na ponderação das escolhas e no discernimento dialéctico, que se tem ou não se tem.

Contudo, esta razão não deve condicionar totalmente a verve ou elaborar em demasia, sob pena dum discurso político excessivamente higienizado ou de uma reflexão fora do alcance do cidadão comum.

O coração, por seu turno, deve impor-se no gosto com que se faz política, nos impulsos que provoca e na sensibilidade epidérmica, que se tem ou não se tem.

Contudo, este coração não nos deve levar a um excesso de voluntarismo ou a uma conduta demasiado impulsiva, sob pena duma acção política sanguínea ou de uma atitude com défice de urbanidade.

Todos nós nos enredamos mais ou menos nestas teias idiossincráticas em que razão e coração fazem um político.

Mas, se um homem é um homem e as suas circunstâncias, um político é um político e os seus momentos.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

No momento da cerimónia da tomada de posse do Governo de Passos Coelho, no seu momento inicial portanto, o Sr. Presidente do Governo Regional não se conteve e disse ao que ia.

Criticou o Primeiro-ministro por não se ter referido às autonomias. Fê-lo com toda a pose de quem se tinha, justamente, indignado com o facto.

Essa indignação autonómica tem porém os seus momentos. Tem os seus dias.

O dia 12 de Março de 2005 não era dia de indignação autonómica.

O dia 26 de Outubro de 2009 também não foi dia de indignação autonómica.

Mas o dia 21 de Junho de 2011, esse sim, era dia de falar de autonomia.



A diferença não esteve nos discursos, já que nem Sócrates nem Passos Coelho falaram de Autonomia nos seus actos de posse.

A diferença esteve na mudança de cor do Governo da Republica e na consequente mudança de humor do Presidente do Governo Regional.

A diferença esteve portanto na posição de partida do Sr. Presidente do Governo, que não resistiu a iniciar a guerrilha no primeiro momento do novo Primeiro-ministro.

Para quem diz que tem a mesma atitude com qualquer Governo da Republica foi um momento revelador.

É que não havia ainda sequer Programa de Governo, nem uma única medida ou decisão tomada. Nada.

E a atitude do Presidente do Governo dos Açores para com o Primeiro-ministro já era diferente do que havia sido com governos do seu Partido.

Foi o momento revelador.

A guerrilha, a desculpabilização e a tentativa de construir um inimigo externo começou.

Como havíamos previsto e denunciado há meses.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

As proclamações inflamadas de igualdade de tratamento, de benefício da dúvida perante governos de outras cores políticas e de defesa pura dos Açores ficam assim prejudicadas quando o ADN suplanta a táctica.

Mais a frio, o Sr. Presidente do Governo Regional veio já tecer algumas considerações relativamente menos antipáticas para com o Governo da Republica. Estas diferentes atitudes têm deixado contudo os seus seguidores um pouco baralhados, pois a maioria continua no registo menos táctico e mais genético, em que a boca foge sempre para a versão do inimigo externo.

Para os Açores, a autonomia não pode ser um instrumento para fazer política partidária. Deve ser, isso sim, um meio superior de construir o bem dos açorianos.

A versão proclamativa da autonomia socialista não deve servir para o combate político externo e para a desculpabilização interna.

A autonomia não é arma de arremesso politico-partidário.



É a arma de todos os açorianos para o seu sucesso.

A autonomia não é instrumento de oportunismo político.

É a oportunidade de todos os açorianos para fazerem a sua história.

Construamos nós próprios, com as nossas armas e com a nossa autonomia, o nosso sucesso e a nossa história.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

É altura de fazer um balanço.

No tempo de mudança de Governo da Republica, é também tempo de contabilizar o que está pendente.

Às autarquias açorianas, a divida ascende a mais de 8 milhões de euros.

Para com a Empresa de Electricidade dos Açores faltam acertar 40 milhões.

Os compromissos para a fibra óptica correspondem a 20 milhões de euros.

O Protocolo assumido relativo ao tratamento de resíduos implica 100 milhões de euros.

A divida à Sata-Internacional totaliza 16 milhões de euros.

Os atrasos da ADSE a várias unidades do Serviço Regional de Saúde suplantam os 10 milhões de euros.

E as retenções e devoluções herdadas do anterior Governo no âmbito das transferências da Lei de Finanças Regionais e da controvérsia do IRS das autarquias, ultrapassam os 5 milhões de euros.

Ou seja, na relação com os Açores, o Governo de Sócrates deixou pendentes mais de 200 milhões de euros.

Estranhamos que quem se vangloriou publicamente ainda há de poucos dias de ter conseguido desbloquear verbas do anterior Governo para a Universidade dos Açores, tenha estado tão silencioso em relação a tudo o resto.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo



Mais do que denunciar estes valores e compromissos não consumados e mais do que questionar os silêncios cúmplices do PS/Açores, o PSD quer aqui dizer que exige o seu cumprimento por parte do actual Governo de Passos Coelho, dentro da legalidade e no quadro financeiros a que estamos sujeitos.

Os silêncios socialistas podem não ter passado de um conivente e conveniente respirar fundo para agora gritar.

Para nós, impõe-se, porém, a constância da defesa dos interesses dos açorianos e a consciência de que os Açores têm de estar sempre, mas sempre, em primeiro lugar.

Disse